



LEI MUNICIPAL Nº. 579/2010

SÚMULA: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER EM DAÇÃO EM PAGAMENTO, BENS IMÓVEIS, PARA O FIM DE EXTINGUIR CRÉDITO TRIBUTÁRIO CONFORME PREVISTO NO ART. 156, XI, DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 104/2001, QUE ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 5.172/1966 CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍTA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **PEDRO HIDEYO MIYAZIMA**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado ao Município de Paranaíta, a receber de INDECO INTEGRAÇÃO DESENVOLVIMENTO E COLONIZAÇÃO LTDA, em dação em pagamento o bem imóvel descrito no artigo 2º. Desta Lei, para o fim de extinguir créditos tributários que o município tem com esse contribuinte, conforme previsão do artigo 156, XI, Da Lei Complementar Nº. 104/2001, Que Altera Dispositivos Da Lei 5.172/1966 Código Tributário Nacional.

Art. 2º - O bem imóvel, objeto da dação em pagamento, de propriedade de INDECO INTEGRAÇÃO DESENVOLVIMENTO E COLONIZAÇÃO LTDA, que foi previamente avaliado pela comissão de avaliação do município é o seguinte:

Lote Urbano nº. LE-08 Setor Comercial, com área do de 8.692,00m² (oito mil seiscentos e noventa e dois metros quadrados), conforme croqui de localização em anexo.

Parágrafo Único - Os créditos tributados a serem extintos por dação em pagamento tiveram como fato gerador a incidência de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, sobre imóveis de propriedade da colonizadora INDECO cadastrados neste município até a presente data.

Art. 3º - A dação em pagamento em bens imóveis, a que se refere esta lei, deve compreender a integralidade do débito do contribuinte, incluídos juros e multa, até o montante do valor avaliado, vedadas a renúncia fiscal ou a diminuição de receita para o Município e observado o seguinte:

I - Havendo diferença de valores em favor do Município esta deverá ser paga no ato da assinatura da escritura pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



II – havendo débito ajuizado, não poderá o Município arcar com despesas de custas processuais nem renunciar a honorários advocatícios fixados pelo Juiz na Ação de Execução Fiscal;

III – em qualquer caso, os honorários advocatícios serão devidos somente sobre o valor compensado que estiver em processo de execução fiscal, vedado ao Município o recebimento dos honorários advocatícios sobre débitos compensados não ajuizados.

Art. 4º - Para viabilizar a dação em pagamento em bens imóveis o contribuinte deverá apresentar os documentos comprobatórios da titularidade dos imóveis, com certidão que comprove que estes estejam livres de quaisquer ônus e de débitos tributários, exceto os débitos objeto desta lei.

Art. 5º - Com a efetivação da dação em pagamento deste imóvel, estarão extintos os créditos tributários do Município ajuizados ou não da Colonizadora INDECO, até a presente data, no valor da avaliação dos imóveis.

Art. 6º - No prazo de trinta dias após a aprovação da presente lei deverá ser lavrada a escritura de dação em pagamento, arcando o devedor ou terceiro interessado, com despesas e tributos incidentes na operação.

§ 1º - Por ocasião da transmissão de propriedade ao Município, deverá o devedor ou terceiro interessado apresentar todos os documentos e certidões indispensáveis ao aperfeiçoamento do ato.

Art. - 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paranaíta – MT, em 10 de Dezembro de 2010.

PEDRO HIDEYO MIYAZIMA
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



AVALIAÇÃO

Avaliação do Lote Urbano nº. LE-08 Setor Comercial, com área do de 8.692m² (oito mil seiscientos e noventa e dois metros quadrados), em concordância com o Decreto Municipal nº. 308/2010 que define a Planta Genérica do Município para a cobrança de IPTU (imposto Territorial e Predial Urbano) situado no Núcleo Urbano, no município de Paranaíta – MT.

Avaliação: R\$ 82.487,08 (oitenta e dois mil Quatrocentos e oitenta e sete reais e oito centavos).

Paranaíta-MT, 01 de Dezembro de 2010.

Membro: Elizabeth Yamada Wada
Comissão de Avaliação

Membro: Clary Brauwerts Konrad
Comissão de Avaliação

Membro: Eduardo Luis Elias
Comissão de Avaliação